

# CONCURSO PÚBLICO

  
**ancine**

Agência Nacional  
do Cinema



**DATA: 11/01/2009 - DOMINGO - TARDE**

**CARGO: Analista Administrativo**

**OPÇÃO: A72**

## A T E N Ç Ã O

O **Caderno de Questões** contém 80 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E) e 03 questões discursivas.

1. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** e nas **Folhas de Respostas da Prova Discursiva** seu nome, número de inscrição, data de nascimento e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. As provas objetiva e discursiva terão juntas duração de 5 horas, incluídos neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas** e das **Folhas de Respostas da Prova Discursiva**.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas** e das **Folhas de Respostas da Prova Discursiva**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
  - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
  - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
  - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 60 minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** faltando uma hora para o término do horário da prova, conforme Edital do Concurso.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas** e as **Folhas de Respostas da Prova Discursiva**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas** e as **Folhas de Respostas da Prova Discursiva**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site [www.concursos.uff.br](http://www.concursos.uff.br), no dia 13/01/2009, conforme estabelecido no Cronograma Previsto.

CADERNO DE QUESTÕES

Realização:



**BOA PROVA**

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

**PSICANALISTA, POR FAVOR!**

1 A entrevista de Nayara pelo “Fantástico”, no Dia dos Finados, confirmou o desfuncionamento do GATE no seqüestro de Eloá. Tudo indica que os policiais não têm a formação adequada para tal. E deveriam? O que entendem da subjetividade, da agressividade e da psicopatologia da vida amorosa? Dizer que se tratava de uma “crise amorosa” não é exatamente um diagnóstico (...). O próprio seqüestrador pediu a substituição de seu interlocutor, o capitão Giovani, para não prejudicá-lo, pois ele poderia dar voz ao “diabinho”. Por que não passar imediatamente o telefone para um psicanalista? O capitão era qualificado para decidir se esse “diabinho” que falava com Lindemberg era uma simples figura de retórica ou uma alucinação? Ora, a injúria e o imperativo alucinatórios são causa freqüente de atos auto e heteroagressivos que podem levar à morte.

2 As equipes de resgate deveriam ter um psicanalista que as orientasse e pudesse intervir em situações limites. O diálogo que se estabelece com um sujeito visivelmente alterado na urgência não pode ter apenas como guia o senso comum ou a experiência pessoal. O próprio governador José Serra afirmara que o seqüestrador sofria durante as cem horas de terror de “oscilações entre depressão e raiva” (O GLOBO, 19/10/08). O saber do analista vai muito além, pois ele é formado na escola das paixões da alma. Lindemberg teria dito muito mais coisas, pois o analista sabe escutar e fazer as boas perguntas - permitindo ao seqüestrador falar do diabo que o seqüestra. E, assim, orientar o diálogo, tentando fazer Lindemberg passar da exaltação do ciúme-ódio para a tristeza do luto do ciúme-perda. E soltar o objeto (Eloá) que sabia já haver perdido e não se conformava.

3 Um psicanalista não teria permitido a volta de Nayara ao cativeiro após ter sido liberada, pois teria detectado o perigo que ela corria. O coronel Eduardo Félix justifica tê-lo feito por ela “ter uma cabeça muito boa”. Por que o senhor não chamou um psicanalista e, em vez disso, enviou uma menina de 15 anos para fazer essa função? Nayara disse ao “Fantástico” que Lindemberg achava que a mãe dela (de Nayara) era a responsável por Eloá tê-lo largado(!). Vários elementos vieram à luz cuja importância não pôde ser captada. Tudo isso são hipóteses, dirão os leitores. E têm razão. Mas deve-se tentar na prática as hipóteses advindas do saber sobre o funcionamento psíquico. O psicanalista não é onipresente, sabe do limite. A angústia em mais alto grau é o que gera desarvoramento e conseqüente perda do raciocínio lógico. Eis o que leva, muitas vezes, policiais, assaltantes e seqüestradores a passarem da palavra ao ato. E passam fogo. Um psicanalista, por favor!

(QUINET, Antônio. O GLOBO, 8/11/08, Seção OPINIÃO, 1º Caderno, p. 7.)

1. O artigo de opinião em pauta trata de fato conhecido do público e amplamente divulgado pela mídia que, na ocasião, julgou a ação policial inadequada e inábil. Fica claro, no texto, que tal parecer é compartilhado pelo articulista, podendo-se afirmar que sua adesão a essa tese é:

- A) parcial, na confirmação de que “os policiais não têm”;
- B) duvidosa, pela questão “e deveriam?”;
- C) total, pela certeza de que “o capitão era qualificado”;
- D) total, pela confirmação do “desfuncionamento do GATE”;
- E) parcial, pela expressão “tudo indica”.

2. O psicanalista Antônio Quinet utiliza o artigo para defender a TESE de que, em casos como o apontado no texto, há necessidade da:

- A) chegada de um psicanalista, para o encerramento do diálogo;
- B) contribuição do saber acadêmico, como prova da seriedade da ação;
- C) protelação de um suporte emocional, sobretudo para o seqüestrador;
- D) presença de um psicanalista, como apoio à ação policial;
- E) denúncia de casos de resgate, sem a participação de autoridades.

3. Erros na disposição adequada da argumentação denominam-se FALÁCIAS. Nos trechos seguintes, extraídos do 3º parágrafo, “O coronel justifica tê-lo feito por ela ‘ter uma cabeça muito boa’” e “Lindemberg achava que a mãe dela (de Nayara) era a responsável por Eloá tê-lo largado”, têm-se exemplos de falácias causadas, respectivamente, por:

- A) utilização de estereótipo / falsa analogia;
- B) simplificação exagerada / relação causa-efeito indevida;
- C) dedução falha / estatística tendenciosa;
- D) generalização excessiva / círculo vicioso;
- E) argumento autoritário / indução falseadora.

4. Na frase interrogativa “O capitão era qualificado para decidir se esse ‘diabinho’ que falava com Lindemberg era uma simples figura de retórica ou uma alucinação?” (1º parágrafo), os termos “figura de retórica” (1) e “alucinação” (2) possuem um elo em comum: a projeção, realizada pelo seqüestrador, de um ser, “o diabinho”, fruto de sua imaginação. O ponto de distinção, no entanto, é o grau de convencimento do seqüestrador: sabe que (1) realmente é fruto de uma fantasia, uma irrealdade inventada, um palavreado inverossímil, sem maiores conseqüências. Em contrapartida, ele realmente acredita na existência de (2). A partir dessa acepção, pode-se afirmar que as situações (1) e (2), encontram-se no texto em relação:

- A) particular = (1) ou (2), exclusivamente;
- B) correlativa = (1) e (2), adicionalmente;
- C) sistêmica = (1) + (2), concomitantemente;
- D) costumeira = (1) > (2), costumeiramente;
- E) trivial = (1) - (2), habitualmente.

5. A forma verbal em destaque em “o governador José Serra AFIRMARA que o seqüestrador sofria durante as cem horas de terror” (2º parágrafo) denota uma ação passada \_\_\_\_ a outra, também passada, e pode ser substituída, sem alteração de sentido, pela forma verbal \_\_\_\_\_. A opção com os termos que completam corretamente as lacunas é:

- A) posterior / tem afirmado;
- B) anterior / tinha afirmado;
- C) concomitante / havia afirmado;
- D) anterior / teria afirmado;
- E) posterior / terá afirmado.

6. No 2º parágrafo, afirma o autor que “O diálogo que se estabelece com um sujeito visivelmente alterado na urgência não pode ter apenas como guia o senso comum ou a experiência pessoal”. Pelo sentido que os vocábulos assumem no texto, pode-se afirmar que a opção que contém os termos designativos de situações que NÃO se enquadram no âmbito do “senso comum” e “da experiência pessoal” é:

- A) psicopatologia / vida amorosa;
- B) desarvoramento / raciocínio lógico;
- C) injúria / imperativo alucinatório;
- D) função / razão;
- E) funcionamento psíquico / fogo.

7. Entre os trechos abaixo extraídos do texto, há um em que o conector discursivo E está introduzindo sentido adversativo. O trecho em que tal fato ocorre é:

- A) “As equipes de resgate deveriam ter um psicanalista que as orientasse e pudesse intervir em situações limites” (2º parágrafo);
- B) “pois o analista sabe escutar e fazer as boas perguntas” (2º parágrafo);
- C) “soltar o objeto (Eloá) que sabia já haver perdido e não se conformava” (2º parágrafo);
- D) “Tudo isso são hipóteses, dirão os leitores. E têm razão” (3º parágrafo);
- E) “Eis o que leva, muitas vezes, policiais, assaltantes e seqüestradores a passarem da palavra ao ato. E passam fogo” (3º parágrafo).

8. Considerando-se as normas da língua culta relativas à flexão verbal e à uniformidade de tratamento, pode-se afirmar que, das frases abaixo, está correta apenas:

- A) Se alguém vir tuas anotações sobre o seqüestro, retira-as do pacote onde estão.
- B) Se alguém vir suas anotações sobre o seqüestro, retira-as do pacote onde estão.
- C) Se alguém vir vossas anotações sobre o seqüestro, retire-as do pacote onde estão.
- D) Se alguém ver tuas anotações sobre o seqüestro, retire-as do pacote onde estão.
- E) Se alguém ver vossas anotações sobre o seqüestro, retirai-as do pacote aonde estão.

9. De acordo com as normas da língua culta, para o correto preenchimento das lacunas do enunciado “A equipe estava \_\_\_ preocupada, porque o reforço policial demorava \_\_\_ chegar: \_\_\_ duas horas \_\_\_ convocações, porém \_\_\_ mais de trinta minutos, ninguém respondia aos apelos realizados pelos celulares. \_\_\_ de então, alguns curiosos colocavam-se \_\_\_ distância de dois metros para observarem melhor os acontecimentos”, têm de ser usadas, respectivamente, as formas:

- A) meio / a / há / tinham havido / há / A partir / a;
- B) meia / à / a / tinha havido / à / À partir / à;
- C) meia / à / à / tinha havido / há / A partir / à;
- D) meio / a / há / tinha havido / há / A partir / à;
- E) meio / a / há / tinham havido / a / À partir / a.

10. Das alterações feitas na oração adjetiva do período “Vários elementos vieram à luz cuja importância não pôde ser captada” (3º parágrafo), aquela que contraria norma de regência culta da língua é:

- A) em cuja importância todos estavam descrentes;
- B) dos quais a importância era tratada como caso definitivo;
- C) a respeito de cuja importância houve unanimidade;
- D) de cuja importância não se podia duvidar;
- E) à importância dos quais não se pôde aferir.

## D2 - LÍNGUA INGLESA

### Ford mulling Ryan Return.

Could president Jack Ryan be coming to the big screen?

December 8, 2008

Harrison Ford, fresh off his big-screen return as adventurer Indiana Jones, has expressed interest in reprising another role from his early career.

Ford talked to MTV recently and hinted that he'd be keen on returning to Jack Ryan, the Tom Clancy character he portrayed in 1992's *Patriot Games* and 1994's *Clear and Present Danger*. “I think it's a character I could easily play at this point if people were interested in seeing what happens to Jack Ryan as his life progresses,” he said.

Were such a film to follow the story progression in Tom Clancy's novels it could see Ryan becoming President and dealing with various international threats, including acts of aggression by the United Islamic Republic and China.

The latest buzz on the Ryan verse's film future is that producers Mace Neufeld and Lorenzo di Bonaventura are exploring taking the reins of the Paramount-based series. *The Dark Knight* star Aaron Eckhart had been rumored to be in consideration for the Ryan role.

11. By reading the text above we understand that...

- A) an actor is coming back on the movies scene after being away for many years;
- B) actor Harrison Ford is back to the movies;
- C) actor Jack Ryan is back to movies after many years;
- D) actor Jack Ryan is performing again a character played before;
- E) actor Harrison Ford would be willing to play a part that he has done in the past.

12. In the first line of the last paragraph, “the latest buzz on the...” , the word *buzz* could be understand as:

- A) noise;
- B) gossip;
- C) news;
- D) bad news;
- E) business.

13. These people \_\_\_\_\_ complained \_\_\_\_\_ the kind of language they hear \_\_\_\_\_ the movies nowadays.

- A) has / about / on;
- B) were / with / in;
- C) have / about / on;
- D) have / about / in;
- E) had / with / on.

14. I think it \_\_\_\_\_ be a great show, \_\_\_\_\_ nobody \_\_\_\_\_ be talking \_\_\_\_\_ it.

- A) must / otherwise / would / about;
- B) might / since / should / of;
- C) should / therefore / could / about;
- D) could / since / should / of;
- E) can / unless / would / of.

15. \_\_\_\_\_, if they like the project they \_\_\_\_\_ find a way to save it.

- A) somewhat / would;
- B) anyway / would;
- C) somehow / will;
- D) nevertheless / would;
- E) sometimes / will.

### D3 - CONHECIMENTOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA

16. Em relação ao CD-ROM, um motivo pelo qual essa tecnologia não substituiu o disco rígido (HD), principalmente na manipulação de grandes arquivos contendo imagens gráficas e animação é:

- A) custo da unidade multimídia;
- B) tecnologia muito complexa para utilização;
- C) taxa de transferência inferior ao dos HDs;
- D) problemas de padronização;
- E) falta de suporte por parte dos fabricantes.

17. No Windows 95/98, existem normalmente três formas principais de executar diretamente os aplicativos e gerenciar o sistema operacional. São elas:

- A) pela janela do MS DOS, pelo ícone favoritos e pelo botão executar;
- B) pelo botão direito do mouse, pela barra de programas e pelo ícone favoritos;
- C) pelo ícone do aplicativo, pela barra de programas e por meio da tecla F11;
- D) pelo botão iniciar, pelos ícones na área de trabalho e pela barra de tarefas;
- E) pela barra de ferramentas, pelo painel de controle e pelo botão ativar.

18. No Windows 95/98/XP, a realização de certos recursos tais como alterar o papel de parede e habilitar a proteção de tela, pode ser realizada por meio da alteração das propriedades do (a):

- A) rede;
- B) vídeo;
- C) multimídia;
- D) fonte;
- E) teclado.

19. No Word, no tocante a formatação de bordas e sombreamento de uma tabela, aquela que NÃO é um estilo de sombreamento personalizado:

- A) grade clara;
- B) sólido;
- C) transparente;
- D) horizontal escura;
- E) negrito.

20. No Excel, a barra que exhibe instantaneamente o conteúdo digitado na célula ativa, fazendo com que o usuário possa editá-lo, é conhecida como barra de:

- A) fórmulas;
- B) status;
- C) ferramentas;
- D) tarefas;
- E) formato.

### D4 - RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

21. Três pessoas A, B e C constituíram uma empresa e tiveram as seguintes participações:

- A) Capital de R\$ 5000,00, durante 20 meses
- B) Capital de R\$ 6000,00, durante 30 meses
- C) Capital de R\$ 3000,00, durante 40 meses

Após 40 meses do início da empresa, foi calculado um lucro de R\$ 8500,00 que foi repartido entre os sócios. A parte desse lucro que coube ao sócio minoritário foi de:

- A) R\$ 3825,00
- B) R\$ 2125,00
- C) R\$ 2550,00
- D) R\$ 1890,00
- E) R\$ 2350,00

22. Uma sacola contém 200 bolas de cores variadas. Destas, 20 são brancas, 30 são vermelhas, 50 são azuis, 40 são verdes e 60 são pretas. O menor número de bolas que devemos retirar dessa caixa, sem olhar as suas cores, para termos a certeza de que retiramos, pelo menos, 5 bolas de mesma cor, é:

- A) 15
- B) 20
- C) 21
- D) 25
- E) 31

23. Utilizando as propriedades das proposições e também as equivalências lógicas, podemos dizer que, das proposições apresentadas abaixo, a única que é equivalente à proposição "Se corro bastante então fico exausto", é:

- A) Não corro bastante ou fico exausto;
- B) Se não corro bastante, então não fico exausto;
- C) Se não fico exausto, corro bastante;
- D) Se não corro bastante, fico exausto;
- E) Corro bastante e não fico exausto.

24. Namoro ou estudo. Passeio e não estudo. Acampo ou não estudo. Ocorre que não acampo, logo:

- A) Estudo e passeio;
- B) Não passeio e namoro;
- C) Não acampo e não passeio;
- D) Passeio e namoro;
- E) Estudo e não passeio.

25. Num colégio verificou-se que 5% dos alunos possuem motocicleta, que 60% dos alunos possuem bicicleta e que 2% dos alunos possuem motocicleta e também bicicleta. O percentual dos alunos desse colégio que não possuem motocicleta, nem bicicleta, é:

- A) 33%
- B) 35%
- C) 37%
- D) 43%
- E) 47%

#### D5 - FUNDAMENTOS DAS ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS E AUDIOVISUAIS

26. A Cota de Tela, um dispositivo legal que fixa o número de dias para a exibição de obras cinematográficas brasileiras nas salas de cinema, foi criada na década de 1930 e sofre alterações periódicas de acordo com a necessidade de proteção da produção nacional em face da cinematografia estrangeira comercialmente hegemônica. Em 1998, quando já estava em curso a chamada Retomada do Cinema Brasileiro, e em 2008, a Cota de Tela foi, respectivamente, de:

- A) 58 e 29 dias;
- B) 49 e 28 dias;
- C) 49 e 29 dias;
- D) 28 e 49 dias;
- E) 49 e 58 dias.

27. A Lei nº 11.652/2008 que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo, e autoriza este Poder a constituir a Empresa Brasil de Comunicação, afirma que essa prestação de serviços deverá observar os seguintes princípios:

- I. promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;
- II. participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, a partir dos órgãos de classe de técnicos e artistas envolvidos nesses serviços;
- III. autoridade do Governo Federal em definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão;
- IV. promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente;
- V. não discriminação religiosa, político-partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual.

Estão corretas as opções:

- A) I, II e V;
- B) II, III e V;
- C) II, III e IV;
- D) I, III e IV;
- E) I, IV e V.

28. A RECAM - Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do MERCOSUL - foi criada em dezembro de 2003 pelo Grupo do Mercado Comum com o objetivo de instaurar um instrumento institucional para avançar no processo de integração das indústrias cinematográficas e audiovisuais da região. A RECAM instituiu-se como um órgão:

- A) deliberativo, formado pelos Ministérios da Cultura de cada país membro;
- B) consultivo, formado pelas autoridades máximas nacionais na matéria;
- C) de apoio, formado pelos órgãos técnicos de cada país, sob a presidência da Secretaria do Audiovisual do MinC;
- D) executivo, formado pelos Ministros da Cultura e Educação de cada país membro;
- E) executivo, cuja presidência foi exercida até dezembro de 2008 pelo Brasil, através da Ancine.

29. A Medida Provisória nº 2.228-1/2001, em seu Artigo 39, trata da isenção da CONDECINE para as:

- A) obras cinematográficas e videofonográficas destinada à exibição exclusiva em festivais e mostras, desde que previamente autorizadas pela ANCINE;
- B) obras cinematográficas e videofonográficas jornalísticas, bem como os eventos esportivos e os documentários que tenham como objeto personalidades do esporte nacional;
- C) obras cinematográficas ou videofonográficas publicitárias veiculadas em Municípios do interior dos Estados;
- D) obras audiovisuais brasileiras, produzidas pelas empresas de serviços de radiodifusão de sons e imagens e empresas de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura, mesmo quando comercializadas em outro segmento de mercado;
- E) obras cinematográficas ou videofonográficas brasileiras que envolvam temática política.

30. Adotada em outubro de 2005 pela Conferência Geral da UNESCO, a Convenção da Diversidade Cultural tem o objetivo de estreitar os vínculos que unem a cultura com o desenvolvimento sustentável e fomentar o diálogo entre as culturas. Entre as considerações desta Convenção NÃO se encontra:

- A) o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais e a igual dignidade das distintas culturas;
- B) a proposta de acesso equitativo às expressões culturais e a abertura às culturas do mundo;
- C) o direito soberano dos Estados a elaborar políticas culturais para proteger e promover a diversidade das expressões culturais;
- D) a definição de que as novas tecnologias, por seu desequilíbrio de origem, são instrumentos prejudiciais à interação entre as culturas;
- E) o reconhecimento da natureza distinta dos bens e serviços culturais em sua qualidade de portadores de identidade, valores e significados.

#### D6 - FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (GESTÃO PÚBLICA E FUNDAMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO)

31. À relação entre os cidadãos e seus representantes (governantes, administradores públicos, magistrados etc), na defesa do bem comum almejado pela sociedade, dá-se o nome de:

- A) gestão pública;
- B) administração gerencial;
- C) interesse público;
- D) administração pública;
- E) direito constitucional.

32. Uma das características da administração pública patrimonialista é:

- A) a apropriação de ativos e interesses públicos por particulares;
- B) a hierarquia funcional e a flexibilização administrativa;
- C) a permanente tensão entre política e administração pública;
- D) a coordenação e controle dos processos decisórios;
- E) o acentuado domínio da burocracia nos procedimentos administrativos.

33. A coordenação geral de todas as atividades relacionadas ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, em 1995, ficou a cargo:

- A) do Ministério da Fazenda;
- B) do Conselho de Reforma do Estado;
- C) do Ministério do Planejamento e Orçamento;
- D) da Casa Civil da Presidência da República;
- E) do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.

34. O exercício do Poder Constituinte, conforme modernamente compreendido pelos estudiosos da matéria, é prerrogativa:

- A) do povo;
- B) da Nação;
- C) do Presidente da República;
- D) dos representantes eleitos pelo povo;
- E) do Estado.

35. As normas que consubstanciam os direitos e garantias fundamentais, conforme descritos na Constituição Federal, são de aplicabilidade imediata, mas dependem de outros mecanismos para que se tornem eficientes. Entre eles:

- A) o princípio da concordância prática;
- B) a contradição dos princípios;
- C) a iniciativa popular;
- D) o princípio da relatividade;
- E) a convivência das liberdades públicas.

36. A modalidade licitatória introduzida pela Medida Provisória nº 2.026, de 2000, autorizava a aquisição de bens e serviços, através de seus parâmetros, a:

- A) apenas a esfera da União Federal;
- B) apenas os estados e Distrito Federal;
- C) estados, municípios e Distrito Federal;
- D) estados, Distrito Federal e União Federal;
- E) apenas os municípios.

37. O Decreto nº 1.171, de 1994, obriga todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, a:

- A) constituir comissão de ética quando ocorrer qualquer ato susceptível de censura;
- B) manter uma comissão de ética permanente para orientação do servidor;
- C) instaurar processo administrativo contra o servidor que tenha cometido falta grave;
- D) aplicar pena prevista na administração pública quando o servidor cometer falta grave;
- E) encaminhar os casos suscetíveis de censura à comissão de ética do Governo Federal.

38. Os dirigentes das agências reguladoras, qualificados na Lei nº 9.986, de 2000, ocupam cargos comissionados que têm prazo determinado e:

- A) podem ser exonerados pelo Ministério Público;
- B) somente podem ser exonerados pelo Presidente da República;
- C) podem ser exonerados por decisão dos membros do conselho;
- D) não podem ser exonerados discricionariamente;
- E) somente podem ser exonerado por interposição de ação popular.

39. A administração pública direta, indireta ou fundacional está sujeita a controles internos e externos, sendo que as entidades da administração indireta e as fundacionais estão subordinadas a um duplo controle interno, que se dá por seus órgãos próprios constituídos para este fim e pelo que autoriza a Lei nº 4.898, de 09/12/1956, que, entre outras providências, diz que:

- A) as comissões parlamentares de inquérito poderão apurar atos lesivos à probidade da administração pública;
- B) a autoridade superior da instituição poderá exercer o ato de controle interno;
- C) o contribuinte poderá exigir informações sobre a gestão da instituição;
- D) qualquer pessoa pode suscitar o controle da administração para coibir abuso de autoridade;
- E) apenas as autoridades superiores, mesmo de outros órgãos, poderão exercer o controle interno para efeito de sanção a agente que haja incorrido em falta grave.

40. "Declaração do Estado (ou de quem lhe faça às vezes – como, por exemplo, um concessionário de serviço público), no exercício de prerrogativas públicas, manifestada mediante providências jurídicas complementares da lei a título de lhe dar cumprimento, e sujeitas a controle de legitimidade por órgão jurisdicional". O texto (Bandeira de Mello, 2004) conceitua:

- A) a coisa julgada administrativa;
- B) o princípio da finalidade;
- C) o ato administrativo;
- D) os pressupostos da licitação;
- E) os requisitos procedimentais.

#### D9 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. As receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes, são denominadas receitas:

- A) correntes;
- B) operacionais;
- C) econômicas;
- D) de capital;
- E) patrimoniais.

42. De acordo com a Lei nº 4.320/64, são classificadas como despesas de capital:

- A) as inversões financeiras, as despesas de custeio e as transferências correntes;
- B) as transferências correntes, as inversões financeiras e as despesas de custeio;
- C) os investimentos, as despesas de custeio e as transferências de capital;
- D) os investimentos, as transferências de capital e as inversões financeiras;
- E) os investimentos, as transferências de capital e as despesas de custeio.

43. As dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado são classificadas como:

- A) investimentos;
- B) despesas de custeio;
- C) inversões financeiras;
- D) transferências de capital;
- E) transferências correntes.

44. Para os efeitos da Lei nº 4.320/64, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas são denominadas:

- A) subvenções;
- B) investimentos;
- C) empenhos;
- D) reservas;
- E) insumos.

45. Para efeito de classificação da despesa, de acordo com a Lei nº 4.320/64, considera-se material permanente, aquele cuja duração seja superior a:

- A) 6 meses;
- B) 1 ano;
- C) 2 anos;
- D) 5 anos;
- E) 10 anos.

46. As autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento e destinadas a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública, são denominados créditos adicionais:

- A) especiais;
- B) suplementares;
- C) extraordinários;
- D) complementares;
- E) suplementares.

47. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. São considerados recursos disponíveis, desde que não comprometidos, EXCETO:

- A) o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- B) os provenientes de excesso de arrecadação;
- C) os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;
- D) o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las;
- E) os ganhos de capital provenientes de alienação de bens públicos, desde que não totalmente depreciados.

48. De acordo com a Lei nº 4.320/64, ao saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício, dá-se o nome de:

- A) superávit financeiro;
- B) resultado bruto;
- C) excesso de arrecadação;
- D) resultado líquido;
- E) superávit econômico.

49. A Lei de Responsabilidade Fiscal define a operação de crédito como:

- A) a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios;
- B) o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;
- C) o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;
- D) o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada;
- E) a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

50. De acordo com a Lei nº 8.666/93, a modalidade de licitação conhecida por Convite é aquela entre:

- A) interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;
- B) quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto;
- C) interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas da apresentação das propostas;
- D) quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 dias;
- E) quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

51. A licitação é inexigível:

- A) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- B) nos casos de guerra;
- C) nos casos de grave perturbação da ordem;
- D) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;
- E) para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.

52. O ato pelo qual o Poder Legislativo prevê e autoriza aos Poderes Executivo, Judiciário e ao próprio Poder Legislativo, por certo período, as despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e aos investimentos indicados pela política Econômica, assim como a arrecadação das receitas já criadas por lei, é denominado:

- A) crédito público;
- B) orçamento;
- C) empenho;
- D) licitação;
- E) previsão.

53. À área que compreende o conjunto de princípios, normas e procedimentos que intervêm diretamente no processo de identificação das fontes de arrecadação, assim como das aplicações de tais recursos na liquidação dos compromissos do Estado, denomina-se:

- A) contabilidade gerencial;
- B) controle interno;
- C) tesouraria;
- D) controle externo;
- E) contabilidade governamental.

54. Para a realização dos serviços públicos, o Estado mantém um patrimônio considerável constituído por imóveis, escolas, usinas, fazendas, quartéis, praças, ruas, praias e outros que representam:

- A) o Imobilizado Público;
- B) a Administração Pública;
- C) o Ativo Público;
- D) a Fazenda Pública;
- E) o Permanente Público.

55. Pode-se afirmar que Contabilidade Governamental possui a seguinte característica:

- A) determinação do resultado do exercício (lucro ou prejuízo);
- B) prestação de contas ao Conselho de Administração;
- C) controle orçamentário com metas bem estabelecidas;
- D) obediência à fidelidade da realidade operacional e ao princípio de análise;
- E) registro de contas financeiras e patrimoniais em um só registro.

56. O Plano de Contabilidade Governamental deve compreender os seguintes tópicos, EXCETO:

- A) plano de formulários;
- B) plano de livros e registros;
- C) plano de rotinas de trabalho;
- D) estudo de metodologia da relevação;
- E) pareceres técnicos.

57. Os bens públicos formam a substância patrimonial do Estado e, não obstante as diversas formas e finalidades de que se revestem, podem ser distribuídos em financeiro e permanente. São classificados no grupo Financeiro os:

- A) bens de uso;
- B) créditos de tesouraria;
- C) bens de renda;
- D) créditos de financiamento;
- E) bens de consumo.

58. A dívida pública flutuante compreende os seguintes itens, EXCETO:

- A) restos a pagar;
- B) consignações;
- C) serviço da dívida a pagar;
- D) depósitos;
- E) débitos de tesouraria.

59. Dentre os princípios dos inventários, aquele que estabelece que todos os elementos inventariados devem ser dispostos em classes, de acordo com os atributos comuns, é denominado:

- A) instantaneidade;
- B) oportunidade;
- C) integridade;
- D) especificação;
- E) uniformidade.

60. O princípio do processo do planejamento governamental que indica que o planejamento deve estar necessariamente ligado às organizações é o princípio da:

- A) aderência;
- B) universalidade;
- C) uniformidade;
- D) unidade;
- E) continuidade.

61. A Deliberação CVM 539/08 que revogou a Deliberação CVM 29/86 trata sobre a Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Acerca do assunto, pode-se afirmar que:

- A) reconhecimento é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser apresentados no balanço patrimonial e na demonstração de resultado;
- B) as características qualitativas são os atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários. As quatro características qualitativas são: compreensibilidade, relevância, continuidade e comparabilidade;
- C) ao determinar a existência de um ativo, o direito de propriedade não é essencial, assim, por exemplo, um bem objeto de arrendamento é um ativo, desde que a entidade controle os benefícios econômicos provenientes da propriedade;
- D) para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar é necessário que sejam contabilizados e apresentados essencialmente de acordo com sua forma legal, não sendo importante a substância econômica dos eventos;
- E) passivo é um compromisso futuro da entidade, derivado de eventos futuros, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.

62. A Deliberação CVM 527/07 estabeleceu procedimentos visando assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Nesse sentido, nos termos daquela Deliberação:

- A) os fluxos de caixa projetados devem considerar o período máximo de cinco anos;
- B) uma vez reconhecida uma perda por desvalorização do ativo, esta não poderá ser mais revertida;
- C) o valor recuperável de uma unidade geradora de caixa é o menor valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso;
- D) a taxa de desconto utilizada para determinar o valor em uso do ativo deve ser pré-imposto e que reflita as avaliações atuais do mercado;
- E) valor contábil é o valor pelo qual um ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

63. A Comercial Pirapora S/A realizou as seguintes operações com mercadorias no curso do último mês:

- Compra de 1.000 unidades de mercadorias, a prazo, por R\$ 20 cada.
- Venda de 1.500 unidades de mercadorias por R\$ 40 cada, nas seguintes condições: 20% à vista e o restante a prazo. Por se tratar de um cliente habitual, a empresa concedeu um desconto no ato da venda, na ordem de 10%.

Sabendo-se que no início do mês, a empresa mantinha em estoque 1.000 unidades de mercadorias ao custo total de R\$ 13.600, que a alíquota do ICMS incidente sobre as operações de compra e de venda é de 18% (desconsidere a incidência de outros impostos e contribuições) e que a empresa adota o critério do custo médio ponderado móvel para valorar seu estoque, pode-se concluir que:

- A) o lucro bruto do mês foi de R\$ 18.000;
- B) o lucro bruto do mês foi de R\$ 21.780;
- C) a receita líquida do mês foi de R\$ 43.200;
- D) o custo das vendas do mês alcançou R\$ 25.200;
- E) o valor da despesa de ICMS do mês foi de R\$ 10.800.

64. A alocação de custos é um tema bastante relevante para as organizações modernas. Entre os principais motivadores para realizar a alocação de custos pode-se destacar o fornecimento de informações para decisões econômicas, motivação de gestores e funcionários e mensuração de resultado para relatórios externos. Nesse sentido, a opção correta sobre os métodos e procedimentos para alocação de custos é:

- A) Os custos indiretos acumulados nos departamentos operacionais devem ser transferidos para os departamentos de apoio e partir destes aos produtos.
- B) O método da taxa dual é aquele que reúne todos os custos em um único centro de custos e os rateia pelos objetos de custos, empregando a mesma taxa como critério de alocação.
- C) O método de alocação passo-a-passo não leva em conta nenhum serviço prestado por um departamento de apoio a outro.
- D) O método de alocação recíproca reconhece todos os serviços prestados pelos departamentos de apoio, inclusive os prestados a outros departamentos de apoio.
- E) O método de alocação direto requer que os departamentos de apoio sejam organizados de tal forma que um departamento de serviço possa receber primeiro, os custos alocados de outro departamento de serviço, antes que seus próprios custos sejam alocados a outros departamentos.

65. As Demonstrações Contábeis são preparadas com o objetivo de fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários. Assim, pode-se afirmar a respeito das Demonstrações Contábeis, à luz da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores que:

- A) a Demonstração do Valor Adicionado é uma demonstração obrigatória para todas as sociedades por ações;
- B) a administração da Companhia pode optar entre elaborar e publicar a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos ou a Demonstração do Fluxo de Caixa;
- C) no Balanço Patrimonial, o patrimônio líquido é composto por capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados;
- D) a companhia fechada, com patrimônio líquido, na data do balanço, não superior a R\$ 1.000.000,00 não será obrigada à elaboração e publicação da Demonstração do Fluxo de Caixa;
- E) a companhia fechada, com patrimônio líquido, na data do balanço, não superior a R\$ 1.000.000,00 não será obrigada à elaboração e publicação da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.

66. A Indústria Porto Velho identificou as seguintes informações em seus relatórios gerenciais:

• Custo primário.....	R\$ 700.000
• Custo de conversão.....	R\$ 750.000
• Custos indiretos.....	R\$ 300.000
• Variação no estoque de matéria-prima .....	aumento de R\$50.000

Com base nas informações disponíveis, pode-se afirmar que o valor das compras de matéria-prima no período foi de:

- A) R\$ 200.000;
- B) R\$ 250.000;
- C) R\$ 300.000;
- D) R\$ 450.000;
- E) R\$ 500.000.

67. A Lei nº 11.638/07 introduziu algumas obrigações para as sociedades de grande porte. Assim, pode-se afirmar que:

- A) considera-se sociedade de grande porte, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 360 milhões;
- B) considera-se sociedade de grande porte, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social corrente, ativo total igual ou superior a R\$ 240 milhões e receita bruta anual igual ou superior a R\$ 300 milhões;
- C) aplica-se a elas, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404/76 sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, sendo dispensada a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na CVM;
- D) aplica-se a elas, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404/76 sobre escrituração e divulgação de demonstrações financeiras e auditoria independente por auditor registrado na CVM;
- E) aplica-se a elas, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404/76 sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e auditoria independente por auditor registrado na CVM.

68. A Miramar S/A realizou as seguintes transações durante o mês de março:

- Dia 01 Contratou um seguro cujo prêmio é de R\$ 15.000; vigência de 8 oitos meses; forma de pagamento: 3 vezes sem juros, sendo a primeira parcela paga em abril.
- Dia 01 Alugou um imóvel pelo período de nove meses, tendo pago adiantado o valor de R\$ 6.000 referente aos três primeiros meses.
- Dia 05 Recebeu R\$ 12.500 referentes a vendas efetuadas as quais serão efetivamente entregues aos clientes no próximo mês.
- Dia 10 Adquiriu mercadorias por R\$ 28.000, a prazo.
- Dia 15 Vendeu mercadorias por R\$ 20.000, à vista.
- Dia 30 Uma contagem física indica que as mercadorias ainda em estoque custaram R\$ 15.000.

Considerando que no dia 1º de março a empresa possuía em caixa R\$ 50.000, é correto afirmar que:

- A) ao adotar o regime de caixa, as despesas de março alcançaram o montante de R\$ 18.875;
- B) ao adotar o regime de competência, a empresa apurou um lucro em março na ordem de R\$ 1.125;
- C) ao adotar o regime de competência, a empresa apurou um lucro em março na ordem de R\$ 3.125;
- D) ao adotar o regime de caixa, a empresa apurou um lucro em março na ordem de R\$ 21.500;
- E) pelo regime de competência deve ser reconhecida uma despesa de seguro em março no valor de R\$ 5.000.

69. O critério de alocação de custos que sugere que a base de alocação deveria resultar em maiores custos para os produtos, serviços ou departamentos mais lucrativos é:

- A) equidade;
- B) causa e efeito;
- C) vantagens obtidas;
- D) benefícios recebidos;
- E) capacidade de suportar.

70. A Lei nº 11.638/07 atualizou o artigo 183 da Lei nº 6.404/76 que passou a prever que os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo deverão ser avaliados utilizando-se o:

- A) custo histórico;
- B) valor presente;
- C) valor de mercado;
- D) custo de reposição;
- E) custo ou mercado, dos dois o menor.

71. Dos relatórios gerenciais da Companhia Próspera foram extraídas as seguintes informações:

**Informações gerenciais - Junho/08**

- Ponto de equilíbrio R\$ 180.000,00
- Margem de segurança 20%

**Informações gerenciais - Julho/08**

- Vendas 30.000 unidades
- Lucro operacional R\$ 39.000,00

Sabe-se ainda que as vendas de julho foram projetadas com aumento de 20% sobre as vendas de junho, que o lucro operacional do mês era de R\$ 26.000,00. Os custos fixos, o preço de venda e os custos variáveis foram projetados nos mesmos moldes de junho. Considerando as informações disponíveis é possível afirmar que:

- A) o grau de alavancagem operacional foi de 0,4;
- B) o valor do custo fixo de julho foi de R\$ 37.500,00;
- C) o ponto de equilíbrio de junho foi de 16.500 unidades;
- D) a margem de contribuição bruta de junho foi de R\$ 65.000,00;
- E) a receita de vendas de julho alcançou o montante de R\$ 225.000,00.

72. Pela nova redação dada ao art 248 da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 11.638/07, presume-se que há influência significativa quando a:

- A) participação for de 20% ou mais do capital total;
- B) participação for superior a 10% do capital social;
- C) investidora possuir 100% das ações preferenciais;
- D) participação for de 20% ou mais do capital votante;
- E) participação for maior que 15% do patrimônio líquido da investida.

73. A Miracema S/A adquiriu, à vista por R\$ 600.000, em agosto/08, máquinas para serem empregadas no seu processo produtivo. As máquinas foram instaladas e começaram a ser operadas no primeiro dia de setembro/08. O fabricante da máquina assegura que é possível utilizá-la por até 400.000 horas. Em 2008 a empresa utilizou 2.000 horas da máquina. Com base nessas informações, considerando as disposições na legislação societária e alterações posteriores, pode-se fazer a seguinte afirmação:

- A) O valor da depreciação acumulada, ao final do exercício e com base no método linear, será de R\$ 25.000,00.
- B) A adoção do método das unidades produzidas gerará um valor contábil no final do exercício de R\$ 595.000,00.
- C) Deverá ser empregado um método de depreciação que reflita essencialmente a vida útil econômica das máquinas.
- D) A depreciação das máquinas deverá ser efetuada com base em taxas fiscais, no caso em questão, 10% ao ano.
- E) O método das quotas constantes é o único método aceito e permitido para determinar as parcelas de depreciação.

74. Considere as Demonstrações Contábeis da Veloz S/A:

Balço Patrimonial		
ATIVO	2006	2007
<b>Circulante</b>	<b>640.000</b>	<b>650.000</b>
Disponível	70.000	90.000
Clientes	250.000	210.000
Estoques	320.000	350.000
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>380.000</b>	<b>400.000</b>
<b>Permanente</b>	<b>980.000</b>	<b>1.000.000</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.000.000</b>	<b>2.050.000</b>
PASSIVO	2006	2007
<b>Circulante</b>	<b>630.000</b>	<b>610.000</b>
Fornecedores	280.000	320.000
Salários a pagar	100.000	110.000
Empréstimos bancários	250.000	180.000
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>570.000</b>	<b>590.000</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>800.000</b>	<b>850.000</b>
<b>Total do Passivo + Patrimônio Líquido</b>	<b>2.000.000</b>	<b>2.050.000</b>

Demonstração do Resultado do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007	
<b>Receita Bruta de Vendas</b>	<b>1.200.000</b>
(-) Deduções de vendas	(120.000)
<b>(=) Receita Líquida de Vendas</b>	<b>1.080.000</b>
(-) Custo das vendas	(670.000)
<b>(=) Lucro Operacional Bruto</b>	<b>410.000</b>
(-) Despesas Operacionais	(288.788)
<b>(=) Lucro antes dos Impostos e Contribuições</b>	<b>121.212</b>
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(41.212)
<b>(=) Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>80.000</b>

O valor do recebimento dos clientes no exercício social de 2007 foi de:

- A) R\$ 40.000;
- B) R\$ 680.000;
- C) R\$ 710.000;
- D) R\$ 740.000;
- E) R\$ 1.080.000.

75. Custos conjuntos são os custos de um processo que resultam na produção simultânea de múltiplos produtos. A apropriação desses custos se faz necessária a partir do ponto de separação. Entre os métodos e critérios conhecidos, um em especial, apresenta como característica, valor de custo unitário idêntico para os produtos considerados. Essa característica é observada quando da adoção do método:

- A) valor realizável líquido;
- B) valor de mercado dos estoques;
- C) medida física (como peso ou volume);
- D) valor das vendas no ponto de separação;
- E) margem bruta percentual do valor realizável líquido.

76. O longa metragem "Metropolitano", no ano de sua estréia, obteve uma receita de R\$ 8.100.000, tendo incorrido em custos totais de R\$ 6.000.000 para sua produção. No ano seguinte, a receita atingiu o valor de R\$ 4.500.000 e o lucro foi de R\$ 300.000. Usando, única e exclusivamente essas informações, pode-se concluir que, quando a receita alcançar o montante de R\$ 3.000.000, o longa metragem gerará um resultado operacional de:

- A) Prejuízo de R\$ 75.000,00;
- B) Lucro de R\$ 141.000,00;
- C) Lucro de R\$ 201.000,00;
- D) Prejuízo de R\$ 450.000,00;
- E) Prejuízo de R\$ 570.000,00.

## DISCURSIVA

77. A Indústria Faz Tudo fabrica três produtos distintos. A demanda está aumentando e a fábrica atualmente conta com 70.000 horas de mão-de-obra disponíveis. Os principais dados da produção são os seguintes:

Produto	Demanda estimada	Preço de venda	Custos diretos	
			Custo de material	Custo de mão-de-obra direta
A	9.200 unidades	R\$ 120,00	R\$ 15,00	R\$ 25,00
B	7.500 unidades	R\$ 85,00	R\$ 10,00	R\$ 15,00
C	3.250 unidades	R\$ 49,00	R\$ 5,00	R\$ 10,00

Dispõe-se das seguintes informações adicionais:

- A taxa horária de mão-de-obra direta é de R\$ 5,00 por hora.
- O custo fixo total e os custos indiretos variáveis são, respectivamente, R\$ 900.000 e R\$ 2,00 por hora de mão-de-obra direta.

Com base nas informações acima, pode-se afirmar que:

- A) o produto B é o que apresenta a maior margem de contribuição unitária;
- B) a empresa necessita de 99.750 horas de mão-de-obra direta para atender a demanda;
- C) a margem de contribuição por hora de mão-de-obra direta do produto C é de R\$ 17,00;
- D) a empresa deve priorizar a produção do produto A, em função da limitação das horas de mão-de-obra direta;
- E) a empresa conseguiria obter o lucro máximo caso atendesse a demanda dos produtos B e C e reduzisse a produção do produto A para 8.200 unidades.

78. No Custeio Baseado em Atividades, os parâmetros por meio dos quais são identificados e avaliados os recursos consumidos na execução de uma atividade são conhecidos como:

- A) Tarefas;
- B) Atividades;
- C) Critérios de Rateio;
- D) Regra de Alocação;
- E) Direcionadores de Custos.

79. Uma duplicata no valor de R\$ 10.000,00 no vencimento é descontada por um banco gerando um crédito de R\$ 8.000 na conta do cliente. Sabendo-se que a taxa cobrada pelo banco é de 8% ao mês (regime de capitalização simples), pode-se afirmar que o prazo de vencimento da duplicata é de:

- A) 48 dias;
- B) 51 dias;
- C) 75 dias;
- D) 2 meses;
- E) 3,5 meses.

80. Um investidor aplicou a quantia de R\$ 8.750,00 e ao final de três anos havia acumulado o montante de R\$ 70.000,00. Considerando o regime de capitalização composta, pode-se afirmar que o capital foi aplicado à taxa de:

- A) 1,00% ao ano;
- B) 27,50% ao trimestre;
- C) 100,00% ao ano;
- D) 182,84% ao ano;
- E) 200,00% ao ano.

Desenvolva os 3 temas abaixo utilizando para cada um, de 15 a no máximo 30 linhas.

### 1º TEMA (D6)

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização-GESpública, instituído pelo Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, tem por finalidade contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e para o aumento da competitividade do País. O Programa é operacionalizado por meio da estrutura do Departamento de Programas de Gestão, que tem entre as suas atribuições exercer a Gerência Executiva do GESpública. A Gerência Executiva atua por meio de 5(cinco) processos de trabalho. Quais são esses processos de trabalho, seus respectivos objetivos e de que forma colaboram para a viabilização da missão definida para o Programa?

### 2º TEMA (D9)

Sob a ótica da Lei das Sociedades Anônimas discuta a frase abaixo:

**“Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício.”**

Dentro do tema proposto, os seguintes aspectos do texto serão objetos de avaliação:

1. enumeração das demonstrações exigidas;
2. conceito das demonstrações exigidas;
3. Características das demonstrações exigidas.

### 3º TEMA (D9)

**“O orçamento como um ato preventivo e autorizativo das despesas que o Estado deve efetuar em um exercício é um instrumento da moderna administração pública.”**

Dentro do tema proposto, os seguintes aspectos do texto serão objetos de avaliação:

1. planejamento governamental;
2. instrumentos de planejamento;
3. princípios e características;
4. créditos públicos.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO